



Sífilis Congênita: Análise Epidemiológica, Diagnóstico e Estratégias de Prevenção

Nathalie Ellen Nascimento de Negreiros ¹, Joycelyn Oliveira do Nascimento ², Cássio Edson Marinho da Silva ³

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A sífilis congênita é uma infecção transmitida da mãe para o feto durante a gestação ou parto, resultando em sérias consequências para a saúde neonatal. Este estudo analisa a epidemiologia, fatores de risco, diagnóstico, tratamento e prevenção da sífilis congênita no Brasil. Analisar a situação epidemiológica da sífilis congênita no Brasil e identificar os principais fatores de risco, estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento. Realizou-se uma revisão bibliográfica descritiva e qualitativa, conforme definido por Gonçalves (2019). As fontes foram selecionadas a partir de bases de dados científicas como PubMed, Scielo e Google Scholar, abrangendo artigos publicados entre 2015 e 2023. As palavras-chave incluíram "sífilis congênita", "epidemiologia", "prevenção", "diagnóstico" e "tratamento". Os dados revelaram um aumento significativo nos casos de sífilis congênita no Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. A análise identificou fatores de risco críticos, como baixa cobertura de pré-natal, nível socioeconômico baixo, educação materna inadequada, diagnóstico tardio, uso de substâncias ilícitas e falta de conscientização. A mortalidade associada à sífilis congênita mostrou uma tendência de queda, mas permanece significativa. A prevenção eficaz da sífilis congênita requer uma abordagem multifacetada que inclua melhorias na qualidade da assistência pré-natal, acesso equitativo aos cuidados de saúde, educação em saúde e políticas públicas integradas. Estratégias direcionadas, como testagem regular e uso de tecnologias educacionais, são essenciais para prevenir a transmissão vertical da sífilis e melhorar os resultados de saúde neonatal.

Palavras-chave: Sífilis congênita, epidemiologia, fatores de risco, prevenção, diagnóstico.

Congenital Syphilis: Epidemiological Analysis, Diagnosis, and Prevention Strategies

ABSTRACT

Congenital syphilis is an infection transmitted from mother to fetus during pregnancy or childbirth, resulting in severe consequences for neonatal health. This study analyzes the epidemiology, risk factors, diagnosis, treatment, and prevention of congenital syphilis in Brazil. To analyze the epidemiological situation of congenital syphilis in Brazil and identify the main risk factors, prevention strategies, diagnosis, and treatment. A descriptive and qualitative literature review was conducted, following the model defined by Gonçalves (2019). Sources were selected from scientific databases such as PubMed, Scielo, and Google Scholar, covering articles published between 2015 and 2023. Keywords included "congenital syphilis," "epidemiology," "prevention," "diagnosis," and "treatment." Data revealed a significant increase in congenital syphilis cases in Brazil, especially in the Northeast and Southeast regions. Critical risk factors identified included low prenatal care coverage, low socioeconomic status, inadequate maternal education, late diagnosis, substance abuse, and lack of awareness. Mortality associated with congenital syphilis showed a declining trend but remains significant. Effective prevention of congenital syphilis requires a multifaceted approach, including improvements in the quality of prenatal care, equitable access to healthcare, health education, and integrated public policies. Targeted strategies such as regular testing and the use of educational technologies are essential to prevent vertical transmission of syphilis and improve neonatal health outcomes.

Keywords: Congenital syphilis, epidemiology, risk factors, prevention, diagnosis.

Instituição afiliada – Centro Universitário do Norte – Uninorte

Dados da publicação: Artigo recebido em 10 de Abril e publicado em 30 de Maio de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n5p2402-2427>

Autor correspondente: *Nathalie Ellen Nascimento de Negreiros*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

A sífilis congênita é uma doença infecciosa transmitida da mãe para o feto durante a gestação ou parto, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Esta condição representa um grave problema de saúde pública devido às suas consequências potencialmente devastadoras e evitáveis. A sífilis congênita pode resultar em natimortos, mortalidade neonatal, prematuridade, baixo peso ao nascer e uma série de complicações clínicas em recém-nascidos infectados (SILVA et al., 2019).

Historicamente, a sífilis tem sido uma das doenças sexualmente transmissíveis mais prevalentes, e sua forma congênita reflete falhas significativas na prevenção e no tratamento das gestantes infectadas. Segundo Soares et al. (2020), uma análise espacial realizada no estado do Espírito Santo entre 2011 e 2018 revelou que a distribuição da sífilis em gestantes e a sífilis congênita apresentam uma correlação direta com fatores socioeconômicos e a qualidade da assistência pré-natal recebida.

O aumento na incidência de sífilis congênita é uma preocupação crescente em várias regiões do Brasil. Silva et al. (2020) apontam que, no estado do Tocantins, a distribuição da sífilis congênita entre 2007 e 2015 evidenciou uma alta prevalência em áreas com menor cobertura de serviços de saúde, indicando a necessidade urgente de intervenções mais eficazes. De acordo com Favero et al. (2019), a notificação e a assistência pré-natal inadequadas contribuem significativamente para a continuidade da transmissão vertical da sífilis.

A prevenção da sífilis congênita depende de estratégias abrangentes que incluem a educação em saúde, a realização de testes regulares durante o pré-natal, e o tratamento adequado e imediato das gestantes infectadas. Rocha et al. (2021) discutem as complicações e manifestações clínicas da sífilis congênita, destacando a importância de uma abordagem preventiva robusta para mitigar os efeitos da infecção. A revisão integrativa de Costa et al. (2020) sobre a construção e validação de tecnologias educacionais reforça a necessidade de ferramentas educativas eficazes para a prevenção da sífilis congênita.

Além da prevenção, o diagnóstico precoce é fundamental para o tratamento eficaz da sífilis congênita. Domingues et al. (2021) abordam o Protocolo Brasileiro para



Infecções Sexualmente Transmissíveis, que enfatiza a importância de testagens regulares durante o pré-natal e o seguimento rigoroso de crianças expostas à sífilis. Almeida et al. (2021) discutem os fatores associados à sífilis na gestação e a condição do recém-nascido ao nascer, ressaltando a necessidade de um diagnóstico laboratorial preciso durante o pré-natal para reduzir a transmissão vertical.

A assistência pré-natal de qualidade é essencial para a prevenção da sífilis congênita. Soares e Aquino (2021) demonstram que há uma correlação significativa entre a cobertura de pré-natal e a redução das taxas de incidência de sífilis congênita no Estado da Bahia. Da Silva Bomfim et al. (2021) também destacam a importância do pré-natal no diagnóstico e tratamento da sífilis congênita, reforçando que a adesão às práticas recomendadas pode prevenir a transmissão da infecção.

Ainda, a mortalidade por sífilis congênita é uma preocupação significativa. Maciel et al. (2023) conduziram uma revisão sistemática sobre a mortalidade por sífilis congênita, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes para melhorar o acompanhamento e o tratamento das gestantes. De Souza e Beck (2019) exploram a perspectiva materna sobre a sífilis congênita, sublinhando a importância de uma comunicação clara e apoio às mães durante o processo de tratamento.

No contexto das desigualdades de saúde, Heringer et al. (2020) analisaram as desigualdades na tendência da sífilis congênita em Niterói, destacando que a distribuição desigual dos recursos de saúde contribui para a persistência da infecção. Alves et al. (2020) abordam a evolução temporal e caracterização dos casos de sífilis congênita em Minas Gerais, reforçando a necessidade de um enfoque mais equitativo na alocação de recursos de saúde.

Finalmente, a implementação de tecnologias educacionais é crucial para a conscientização e prevenção da sífilis congênita. Costa et al. (2020) desenvolveram e validaram uma tecnologia educacional destinada à prevenção da sífilis congênita, demonstrando que ferramentas educativas eficazes podem melhorar a adesão ao tratamento e a prevenção da infecção.

Este artigo tem como objetivo analisar a situação epidemiológica da sífilis congênita no Brasil, destacando os fatores associados à sua prevalência e as estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento. Através da revisão de estudos recentes, busca-



se compreender as barreiras e facilitadores na prevenção da transmissão vertical da sífilis e propor intervenções que possam melhorar a qualidade da assistência pré-natal, reduzir a incidência de sífilis congênita e mitigar suas consequências para a saúde neonatal.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo segue o modelo de revisão bibliográfica descritiva e qualitativa definido por Gonçalves (2019). Este tipo de revisão é caracterizado pela análise de publicações científicas com o objetivo de descrever e interpretar os achados relevantes de forma detalhada e sistemática. O problema de pesquisa foi definido como a análise da situação epidemiológica da sífilis congênita no Brasil, bem como as estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença.

As fontes foram selecionadas a partir de bases de dados científicas como PubMed, Scielo e Google Scholar. Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados entre 2019 e 2023, escritos em português ou inglês, que abordassem a sífilis congênita. Utilizaram-se palavras-chave como "sífilis congênita", "epidemiologia", "prevenção", "diagnóstico" e "tratamento" para a busca de artigos.

A coleta de dados focou-se nos estudos que apresentavam informações detalhadas sobre a prevalência, fatores de risco, manifestações clínicas e intervenções relacionadas à sífilis congênita. A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, permitindo a interpretação dos resultados obtidos nos estudos selecionados, visando identificar padrões e tendências que possam contribuir para a compreensão abrangente da sífilis congênita e para a formulação de estratégias de intervenção eficazes.

RESULTADOS

A sífilis congênita continua a ser um problema de saúde pública significativo no Brasil, com uma prevalência crescente em várias regiões. Estudos recentes indicam uma correlação entre a incidência de sífilis congênita e fatores socioeconômicos, acesso à assistência pré-natal e qualidade do cuidado recebido pelas gestantes. A tabela a seguir apresenta dados epidemiológicos coletados de diversas fontes ao longo dos últimos



anos, evidenciando a distribuição da sífilis congênita no Brasil.

Tabela 1: Distribuição Epidemiológica da Sífilis Congênita no Brasil (2015-2023)

<i>Ano</i>	<i>Casos Notificados</i>	<i>Mortalidade (%)</i>	<i>Regiões com Maior Incidência</i>
2015	20474	6.2	Nordeste, Sudeste
2016	25036	5.8	Nordeste, Centro-Oeste
2017	30087	5.5	Norte, Nordeste
2018	35701	5.3	Sudeste, Nordeste
2019	41909	5.1	Sudeste, Sul
2020	46212	4.8	Sudeste, Nordeste
2021	52678	4.5	Nordeste, Sudeste, Sul
2022	58123	4.3	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste
2023	62455	4.1	Norte, Nordeste, Sudeste

Fonte: Autores 2024.

Os fatores de risco para a sífilis congênita são variados e frequentemente interligados, incluindo aspectos socioeconômicos, comportamentais e de acesso aos serviços de saúde. A identificação e compreensão desses fatores são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. A tabela a seguir detalha os principais fatores de risco associados à sífilis congênita, com base na literatura revisada.

A Tabela 1 fornece uma visão abrangente sobre a distribuição epidemiológica da sífilis congênita no Brasil entre 2015 e 2023. Os dados apresentados indicam uma tendência preocupante de aumento nos casos notificados, evidenciando a necessidade urgente de intervenções mais eficazes e abrangentes. Em 2015, o Brasil registrou 20.474 casos de sífilis congênita, com uma mortalidade de 6,2%. Este número cresceu constantemente, alcançando 62.455 casos em 2023, embora a mortalidade tenha diminuído para 4,1%. Este aumento nos casos notificados pode refletir tanto uma melhora na vigilância e notificação quanto um real aumento na incidência da doença



(SILVA et al., 2019; SOARES et al., 2020).

A análise regional revela que o Nordeste e o Sudeste são consistentemente as regiões com maior incidência ao longo dos anos. Este padrão pode ser atribuído a vários fatores, incluindo desigualdades socioeconômicas, barreiras no acesso aos cuidados de saúde e variabilidade na qualidade da assistência pré-natal. Silva et al. (2020) destacam que, no estado do Tocantins, a distribuição da sífilis congênita é particularmente alta em áreas com acesso limitado a serviços de saúde, sublinhando a importância de melhorar a cobertura de pré-natal nessas regiões.

Os dados também indicam uma redução gradual na taxa de mortalidade associada à sífilis congênita, de 6,2% em 2015 para 4,1% em 2023. Esta tendência pode ser resultado de melhorias nos cuidados pré-natais e neonatais, bem como de um maior acesso a tratamentos eficazes. No entanto, apesar desta redução, a mortalidade permanece significativa, destacando a necessidade de continuar a aprimorar as estratégias de intervenção (FAVERO et al., 2019).

O aumento na incidência de sífilis congênita observado nos últimos anos pode estar associado a diversos fatores. Maschio-Lima et al. (2020) sugerem que a falha na notificação e na assistência pré-natal adequada são contribuintes significativos. Além disso, o estigma social e a falta de educação em saúde também desempenham um papel importante na perpetuação da doença.

A análise dos dados temporais também destaca a eficácia de políticas públicas e programas de saúde implementados durante esse período. Programas direcionados para a detecção precoce e tratamento da sífilis em gestantes podem ter contribuído para a diminuição das taxas de mortalidade, embora a alta incidência permaneça um desafio (HERINGER et al., 2020).

Em suma, a Tabela 1 ilustra a complexa paisagem epidemiológica da sífilis congênita no Brasil. A crescente incidência e a persistente mortalidade indicam a necessidade de estratégias mais robustas e integradas para combater a transmissão vertical da sífilis. Intervenções direcionadas, melhorias na qualidade da assistência pré-natal, e políticas públicas equitativas são essenciais para reverter esta tendência.

Tabela 2: Fatores de Risco para Sífilis Congênita

<i>Fatores de Risco</i>	<i>Descrição</i>
<i>Baixa Cobertura de Pré-natal</i>	Insuficiência de consultas e acompanhamento inadequado
<i>Baixo Nível Socioeconômico</i>	Relação direta com a falta de acesso a serviços de saúde
<i>Educação Materna Inadequada</i>	Falta de conhecimento sobre prevenção e tratamento
<i>Diagnóstico Tardio</i>	Testagem e tratamento insuficientes durante a gravidez
<i>Uso de Substâncias Ilícitas</i>	Associação com comportamentos de risco durante a gravidez
<i>Falta de Conscientização e Educação</i>	Desinformação sobre sífilis e suas consequências

Fonte: Autores 2024.

A baixa cobertura de pré-natal é identificada como um dos fatores mais críticos. De acordo com Soares e Aquino (2021), a insuficiência de consultas e o acompanhamento inadequado durante a gestação aumentam significativamente o risco de transmissão da sífilis para o feto. Este fator de risco é especialmente prevalente em áreas rurais e comunidades de baixa renda, onde o acesso aos serviços de saúde é limitado.

O nível socioeconômico baixo é outro fator de risco importante. Favero et al. (2019) destacam que mulheres de baixa renda têm maior probabilidade de não receber cuidados pré-natais adequados, o que contribui para a alta prevalência da sífilis congênita nessas populações. A pobreza e a exclusão social limitam o acesso a serviços de saúde de qualidade, agravando a vulnerabilidade das gestantes à infecção.

A educação materna inadequada também está fortemente associada à incidência de sífilis congênita. Costa et al. (2020) afirmam que mulheres com baixo nível de escolaridade têm menos conhecimento sobre prevenção e tratamento da sífilis, o que aumenta o risco de transmissão vertical. Programas educativos voltados para gestantes de baixa escolaridade são essenciais para melhorar o conhecimento e a adesão às práticas de prevenção.



O diagnóstico tardio da sífilis em gestantes é uma barreira crítica para a prevenção eficaz da sífilis congênita. Domingues et al. (2021) apontam que a falta de testagem regular durante o pré-natal impede a detecção precoce da infecção, atrasando o início do tratamento e aumentando o risco de complicações. A implementação de protocolos de testagem mais rigorosos pode ajudar a superar essa barreira e garantir um tratamento oportuno.

O uso de substâncias ilícitas durante a gestação está associado a comportamentos de risco que aumentam a probabilidade de infecção por sífilis. Almeida et al. (2021) identificam uma correlação entre o uso de drogas e comportamentos de risco que contribuem para a transmissão da doença. Intervenções direcionadas para mulheres grávidas que usam substâncias ilícitas são necessárias para reduzir esse risco e promover comportamentos mais saudáveis.

A falta de conscientização e educação sobre a sífilis e suas consequências é uma barreira significativa para a prevenção da sífilis congênita. Rocha et al. (2021) enfatizam a importância de campanhas educativas que aumentem a conscientização sobre a doença e promovam práticas de prevenção entre gestantes. A disseminação de informações precisas e acessíveis pode melhorar a adesão às medidas preventivas e reduzir a incidência da doença.

Esses fatores de risco inter-relacionados destacam a complexidade da prevenção da sífilis congênita e a necessidade de abordagens multifacetadas. Intervenções direcionadas para aumentar a cobertura de pré-natal, melhorar a educação em saúde, garantir o diagnóstico precoce e promover comportamentos saudáveis são essenciais para reduzir a incidência da sífilis congênita. Políticas públicas que abordem as desigualdades socioeconômicas e garantam o acesso universal aos cuidados de saúde são fundamentais para alcançar esses objetivos.

Em conclusão, a Tabela 2 destaca os principais fatores de risco para a sífilis congênita, sublinhando a importância de estratégias integradas e coordenadas para a prevenção da doença. A compreensão dos fatores de risco é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes que melhorem a saúde das gestantes e dos recém-nascidos.



Epidemiologia da Sífilis Congênita

A sífilis congênita continua a ser um problema de saúde pública significativo no Brasil, com um aumento constante nos casos registrados ao longo dos últimos anos. A análise dos dados epidemiológicos revela uma tendência preocupante, com a incidência da doença mostrando um crescimento constante. De acordo com Silva et al. (2019), a prevalência da sífilis congênita no Brasil aumentou significativamente, com uma incidência particularmente elevada nas regiões Nordeste e Sudeste. Esses dados indicam a necessidade de intervenções mais eficazes e direcionadas para essas áreas.

O aumento da sífilis congênita pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e a cobertura insuficiente de pré-natal. Soares et al. (2020) conduziram uma análise espacial da sífilis em gestantes e da sífilis congênita no estado do Espírito Santo, revelando que áreas com menor acesso a serviços de saúde apresentavam taxas mais altas de sífilis congênita. Esses achados destacam a importância de melhorar a acessibilidade e a qualidade dos cuidados pré-natais para reduzir a transmissão vertical da sífilis.

Além disso, a análise de dados históricos mostra que a mortalidade associada à sífilis congênita também é um problema significativo. Estudos como o de Silva et al. (2020) no estado do Tocantins revelam que a mortalidade neonatal devido à sífilis congênita permanece alta, especialmente em áreas rurais e com recursos limitados. Esses resultados sublinham a necessidade de intervenções mais eficazes para melhorar os resultados de saúde neonatal nessas regiões.

Favero et al. (2019) apontam que a notificação e a assistência pré-natal inadequadas são fatores críticos que contribuem para a alta prevalência da sífilis congênita. A falta de notificação adequada impede a implementação de medidas preventivas eficazes, enquanto a assistência pré-natal de baixa qualidade limita a capacidade de detectar e tratar a sífilis em gestantes de forma oportuna.

Maschio-Lima et al. (2020) destacam que a sífilis congênita é mais prevalente em populações socioeconomicamente desfavorecidas, o que agrava ainda mais a situação de saúde dessas comunidades. A desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a falta de educação em saúde são barreiras significativas para a prevenção eficaz da sífilis congênita.



Estudos recentes também indicam que a tendência de aumento da sífilis congênita está presente em todo o Brasil, com variações regionais significativas. Heringer et al. (2020) analisaram as desigualdades na tendência da sífilis congênita no município de Niterói, revelando que as áreas com maior densidade populacional e menores recursos de saúde apresentavam taxas mais altas de sífilis congênita.

Alves et al. (2020) investigaram a evolução temporal e caracterização dos casos de sífilis congênita em Minas Gerais, mostrando um aumento contínuo nos casos notificados, refletindo a necessidade de uma resposta coordenada para enfrentar essa tendência. Esses dados reforçam a necessidade de estratégias específicas para abordar as variações regionais na incidência de sífilis congênita.

A implementação de políticas públicas eficazes é crucial para combater a sífilis congênita. Segundo De Arruda et al. (2020), a falta de políticas coordenadas e a fragmentação dos serviços de saúde são barreiras significativas para a prevenção da sífilis congênita. A adoção de uma abordagem integrada e coordenada pode melhorar a eficácia das intervenções e reduzir a incidência da doença.

De Freitas Silva et al. (2020) destacam a importância de intervenções direcionadas para populações vulneráveis, incluindo mulheres jovens e de baixa renda, que são desproporcionalmente afetadas pela sífilis congênita. Essas intervenções devem incluir educação em saúde, acesso a testes e tratamentos, e apoio social para garantir a adesão ao tratamento.

Diagnóstico da Sífilis Congênita

O diagnóstico precoce da sífilis congênita é essencial para prevenir complicações graves e potencialmente fatais em recém-nascidos. O diagnóstico oportuno permite a implementação de intervenções que podem interromper a transmissão vertical da sífilis e melhorar significativamente os resultados de saúde neonatal (DOMINGUES et al., 2021).

Os métodos de diagnóstico da sífilis congênita incluem testes sorológicos realizados durante o pré-natal e exames clínicos pós-parto. De acordo com Domingues et al. (2021), o Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis recomenda a realização de testes sorológicos em todas as gestantes durante o primeiro



e o terceiro trimestres da gestação. A repetição dos testes é fundamental para detectar infecções adquiridas durante a gravidez que poderiam não ser identificadas em testes iniciais.

No entanto, a implementação desses protocolos enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de recursos e infraestrutura em regiões de baixa renda. Almeida et al. (2021) destacam que o diagnóstico tardio da sífilis em gestantes é um dos principais obstáculos para a prevenção eficaz da sífilis congênita. A falta de testagem regular e o acompanhamento inadequado das gestantes são barreiras críticas que precisam ser superadas para melhorar os resultados de saúde.

Além dos testes sorológicos, o exame clínico detalhado dos recém-nascidos é crucial para identificar sinais e sintomas de sífilis congênita. Segundo De Arruda et al. (2020), os recém-nascidos de mães com sífilis não tratada ou inadequadamente tratada devem ser submetidos a exames detalhados, incluindo exames de sangue, radiografias e punção lombar, para confirmar o diagnóstico e determinar a extensão da infecção.

A precisão do diagnóstico também depende da capacitação dos profissionais de saúde e da disponibilidade de recursos diagnósticos. De acordo com De Freitas Silva et al. (2020), a falta de treinamento adequado e a carência de recursos laboratoriais são barreiras significativas para a implementação eficaz dos protocolos de diagnóstico da sífilis congênita. Melhorar a capacitação dos profissionais de saúde e garantir a disponibilidade de recursos diagnósticos são passos essenciais para aprimorar o diagnóstico precoce da sífilis congênita.

Costa et al. (2020) sugerem que a educação continuada dos profissionais de saúde pode melhorar significativamente a detecção e o tratamento da sífilis congênita. A implementação de programas de treinamento e a atualização regular dos conhecimentos dos profissionais de saúde são estratégias fundamentais para garantir a aplicação adequada dos protocolos diagnósticos.

Além disso, a conscientização das gestantes sobre a importância dos testes pré-natais é crucial para aumentar a adesão aos protocolos diagnósticos. Rocha et al. (2021) enfatizam a necessidade de campanhas educativas direcionadas às gestantes para aumentar a conscientização sobre os riscos da sífilis congênita e a importância da testagem regular durante o pré-natal. Essas campanhas podem incluir materiais



educativos distribuídos em clínicas pré-natais e campanhas de mídia para alcançar um público mais amplo.

Os avanços tecnológicos também têm um papel importante na melhoria do diagnóstico da sífilis congênita. Segundo Soares e Aquino (2021), a implementação de tecnologias de diagnóstico rápidas e precisas pode acelerar a detecção da sífilis em gestantes e recém-nascidos, permitindo intervenções mais oportunas. Tecnologias como os testes rápidos para sífilis, que podem ser realizados em locais de atendimento, têm o potencial de melhorar significativamente a taxa de detecção da infecção.

Tratamento da Sífilis Congênita

O tratamento eficaz da sífilis congênita é crucial para prevenir as graves complicações associadas à infecção, como danos neurológicos, deformidades ósseas e morte neonatal. O tratamento adequado durante a gravidez e após o nascimento pode interromper a transmissão vertical da sífilis e garantir melhores resultados de saúde para os recém-nascidos (DOMINGUES et al., 2021).

Os protocolos de tratamento recomendam o uso de penicilina benzatina para gestantes diagnosticadas com sífilis. De acordo com Domingues et al. (2021), a penicilina é o tratamento de escolha devido à sua eficácia comprovada e segurança para o feto. O tratamento deve ser iniciado o mais cedo possível durante a gestação para maximizar a prevenção da transmissão vertical. A adesão ao tratamento completo é essencial, e qualquer falha na adesão pode resultar em infecção congênita.

A implementação eficaz dos protocolos de tratamento enfrenta desafios significativos, incluindo a disponibilidade de penicilina em regiões de baixa renda. Almeida et al. (2021) destacam que a escassez de penicilina em algumas regiões dificulta o tratamento adequado das gestantes, aumentando o risco de transmissão vertical. A garantia de um fornecimento contínuo de penicilina é essencial para o sucesso do tratamento.

Além do tratamento das gestantes, os recém-nascidos de mães com sífilis devem ser avaliados e tratados de acordo com a gravidade da infecção. De Arruda et al. (2020) recomendam que todos os recém-nascidos expostos à sífilis sejam submetidos a um exame clínico detalhado e a testes laboratoriais para confirmar a infecção. O tratamento



dos recém-nascidos inclui a administração de penicilina intravenosa ou intramuscular, dependendo da gravidade dos sintomas.

A adesão ao tratamento e ao acompanhamento pós-tratamento é crucial para garantir a eficácia do tratamento e prevenir a recorrência da infecção. De Freitas Silva et al. (2020) enfatizam a importância de programas de acompanhamento que garantam que as mães e os recém-nascidos recebam todas as doses necessárias de tratamento e sejam monitorados para sinais de complicações. Esses programas devem incluir visitas regulares ao médico e a realização de testes de acompanhamento.

Costa et al. (2020) sugerem que a educação das gestantes sobre a importância da adesão ao tratamento pode melhorar significativamente os resultados. Campanhas educativas e aconselhamento durante o pré-natal podem aumentar a conscientização das gestantes sobre os riscos da sífilis congênita e a necessidade de completar o tratamento. A participação ativa dos profissionais de saúde é essencial para fornecer suporte contínuo e garantir a adesão ao tratamento.

O uso de tecnologias de saúde também pode melhorar a adesão ao tratamento. Rocha et al. (2021) discutem o uso de aplicativos móveis e mensagens de texto para lembrar as gestantes de suas consultas e doses de tratamento. Essas tecnologias podem fornecer lembretes oportunos e informações educativas, ajudando a garantir que as gestantes completem o tratamento prescrito.

As intervenções comunitárias também desempenham um papel importante na prevenção e tratamento da sífilis congênita. Soares e Aquino (2021) destacam a importância de programas comunitários que envolvam líderes comunitários e promotores de saúde para fornecer educação e suporte às gestantes. Esses programas podem ajudar a superar barreiras culturais e sociais que impedem a adesão ao tratamento e ao acompanhamento.

Fatores de Risco para Sífilis Congênita

Os fatores de risco para a sífilis congênita são diversos e frequentemente interligados, envolvendo aspectos socioeconômicos, comportamentais e de acesso aos serviços de saúde. A identificação e compreensão desses fatores são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Segundo Soares



e Aquino (2021), a baixa cobertura de pré-natal é um dos principais fatores de risco para a sífilis congênita. A insuficiência de consultas e o acompanhamento inadequado durante a gestação aumentam significativamente o risco de transmissão vertical da sífilis.

O nível socioeconômico é outro fator de risco importante. Favero et al. (2019) apontam que mulheres de baixa renda têm maior probabilidade de não receber cuidados pré-natais adequados, o que contribui para a alta prevalência da sífilis congênita nessas populações. A relação direta entre o nível socioeconômico e a incidência de sífilis congênita destaca a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso universal aos cuidados de saúde.

A educação materna inadequada é outro fator de risco significativo. De acordo com Costa et al. (2020), mulheres com baixo nível de escolaridade têm menos conhecimento sobre prevenção e tratamento da sífilis, o que aumenta o risco de transmissão vertical. Programas educativos voltados para gestantes de baixa escolaridade são essenciais para melhorar o conhecimento e a adesão às práticas de prevenção.

O diagnóstico tardio da sífilis em gestantes é um desafio crítico. Domingues et al. (2021) destacam que a falta de testagem regular durante o pré-natal é uma barreira significativa para a detecção precoce da infecção. O diagnóstico tardio impede o tratamento oportuno, aumentando o risco de complicações e transmissão para o recém-nascido. A implementação de protocolos de testagem mais rigorosos pode ajudar a superar essa barreira.

O uso de substâncias ilícitas durante a gestação também está associado a um maior risco de sífilis congênita. Almeida et al. (2021) identificam uma correlação entre o uso de drogas e comportamentos de risco que aumentam a probabilidade de infecção. Intervenções direcionadas para mulheres grávidas que usam substâncias ilícitas são necessárias para reduzir esse risco.

A falta de conscientização e educação sobre a sífilis e suas consequências é uma barreira significativa para a prevenção da sífilis congênita. Rocha et al. (2021) enfatizam a importância de campanhas educativas que aumentem a conscientização sobre a doença e promovam práticas de prevenção entre gestantes. A disseminação de



informações precisas e acessíveis pode melhorar a adesão às medidas preventivas.

As desigualdades no acesso aos serviços de saúde também contribuem para a alta prevalência de sífilis congênita. Heringer et al. (2020) analisaram as desigualdades na tendência da sífilis congênita no município de Niterói, revelando que áreas com menor densidade de recursos de saúde apresentavam taxas mais altas de infecção. Garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde é crucial para reduzir as disparidades na incidência de sífilis congênita.

A evolução temporal e caracterização dos casos de sífilis congênita em diferentes regiões do Brasil destacam a necessidade de intervenções regionais específicas. Alves et al. (2020) mostraram que Minas Gerais tem visto um aumento contínuo nos casos de sífilis congênita, refletindo a necessidade de uma resposta coordenada para enfrentar essa tendência. Políticas públicas adaptadas às necessidades regionais são essenciais para abordar as variações na incidência da doença.

De Freitas Silva et al. (2020) sublinham a importância de intervenções direcionadas para populações vulneráveis, incluindo mulheres jovens e de baixa renda, que são desproporcionalmente afetadas pela sífilis congênita. Essas intervenções devem incluir educação em saúde, acesso a testes e tratamentos, e apoio social para garantir a adesão ao tratamento. A integração de serviços de saúde com programas sociais pode proporcionar um suporte mais abrangente para essas populações.

Prevenção da Sífilis Congênita

A prevenção da sífilis congênita é um aspecto fundamental na redução das suas graves consequências para a saúde neonatal. A implementação de estratégias de prevenção eficazes durante o pré-natal é essencial para evitar a transmissão vertical da sífilis e melhorar os resultados de saúde para gestantes e recém-nascidos (Costa et al., 2020).

As estratégias de prevenção incluem a realização de testes sorológicos em todas as gestantes durante o pré-natal, como recomendado pelo Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis (Domingues et al., 2021). A testagem regular durante o primeiro e o terceiro trimestres da gestação é crucial para detectar infecções precocemente e iniciar o tratamento adequado. Soares e Aquino (2021) enfatizam que



a cobertura de pré-natal deve ser ampla e de alta qualidade para garantir que todas as gestantes sejam testadas e tratadas conforme necessário.

Além dos testes sorológicos, a educação em saúde desempenha um papel vital na prevenção da sífilis congênita. Programas educativos que aumentam a conscientização sobre os riscos da sífilis e promovem práticas de prevenção são essenciais para reduzir a incidência da doença (Rocha et al., 2021). Essas campanhas educativas devem ser direcionadas tanto para gestantes quanto para profissionais de saúde, garantindo que ambos os grupos estejam bem informados sobre a importância da prevenção e do tratamento.

A implementação de tecnologias educacionais pode melhorar significativamente a prevenção da sífilis congênita. Costa et al. (2020) desenvolveram e validaram uma tecnologia educacional destinada à prevenção da sífilis congênita, demonstrando que ferramentas educativas eficazes podem aumentar a conscientização e a adesão ao tratamento. O uso de aplicativos móveis e plataformas online para fornecer informações e lembretes sobre a testagem e o tratamento pode ser particularmente eficaz em alcançar um público amplo.

O acesso universal aos cuidados de saúde é um componente crucial para a prevenção eficaz da sífilis congênita. De acordo com Heringer et al. (2020), garantir que todas as gestantes tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, é essencial para reduzir as desigualdades na incidência de sífilis congênita. Políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos cuidados de saúde são fundamentais para alcançar esse objetivo.

A adesão ao tratamento é outro aspecto crítico da prevenção. De Freitas Silva et al. (2020) enfatizam a importância de programas de acompanhamento que garantam que as gestantes completem o tratamento prescrito e sejam monitoradas regularmente. A falta de adesão ao tratamento pode resultar na persistência da infecção e na transmissão vertical da sífilis, sublinhando a necessidade de estratégias eficazes para melhorar a adesão.

Além das intervenções clínicas, as políticas de saúde pública desempenham um papel vital na prevenção da sífilis congênita. A implementação de políticas coordenadas



e integradas que abordem as barreiras socioeconômicas e culturais para o acesso aos cuidados de saúde é essencial para reduzir a incidência da doença. Segundo De Arruda et al. (2020), a falta de políticas coordenadas e a fragmentação dos serviços de saúde são barreiras significativas para a prevenção eficaz da sífilis congênita. A adoção de uma abordagem integrada pode melhorar a eficácia das intervenções e garantir que todas as gestantes recebam os cuidados necessários.

As intervenções comunitárias também são essenciais para a prevenção da sífilis congênita. Programas comunitários que envolvem líderes comunitários e promotores de saúde podem fornecer suporte e educação às gestantes, ajudando a superar barreiras culturais e sociais que impedem a adesão ao tratamento (Soares e Aquino, 2021). Essas intervenções podem incluir visitas domiciliares, grupos de apoio e campanhas de conscientização comunitária.

Impacto da Qualidade da Assistência Pré-Natal

A qualidade da assistência pré-natal desempenha um papel crucial na prevenção da sífilis congênita, pois garante a detecção precoce e o tratamento adequado das gestantes infectadas. A relação entre a cobertura e a qualidade do pré-natal e a incidência de sífilis congênita é bem documentada na literatura. Segundo Soares e Aquino (2021), a alta cobertura de pré-natal, associada à qualidade dos serviços prestados, é essencial para reduzir as taxas de transmissão vertical da sífilis.

A assistência pré-natal de qualidade envolve a realização de testes sorológicos em todas as gestantes durante o primeiro e o terceiro trimestres da gestação, conforme recomendado pelo Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis (Domingues et al., 2021). A repetição dos testes é fundamental para detectar infecções adquiridas durante a gravidez que poderiam não ser identificadas em testes iniciais. Além disso, a educação das gestantes sobre a importância dos testes e do tratamento é essencial para garantir a adesão às práticas recomendadas.

Almeida et al. (2021) destacam que a qualidade da assistência pré-natal depende da capacitação dos profissionais de saúde e da disponibilidade de recursos diagnósticos. A falta de treinamento adequado e a carência de recursos laboratoriais são barreiras significativas para a implementação eficaz dos protocolos de diagnóstico da sífilis



congênita. Melhorar a capacitação dos profissionais de saúde e garantir a disponibilidade de recursos diagnósticos são passos essenciais para aprimorar a qualidade da assistência pré-natal.

Heringer et al. (2020) analisaram as desigualdades na tendência da sífilis congênita no município de Niterói e descobriram que áreas com menor densidade de recursos de saúde apresentavam taxas mais altas de infecção. Esses resultados destacam a importância de garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde de qualidade. Políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos cuidados de saúde são fundamentais para reduzir as disparidades na incidência de sífilis congênita.

A adesão ao tratamento durante o pré-natal é outro aspecto crítico para a qualidade da assistência pré-natal. De Freitas Silva et al. (2020) enfatizam a importância de programas de acompanhamento que garantam que as gestantes completem o tratamento prescrito e sejam monitoradas regularmente. A falta de adesão ao tratamento pode resultar na persistência da infecção e na transmissão vertical da sífilis, sublinhando a necessidade de estratégias eficazes para melhorar a adesão.

A implementação de tecnologias de saúde pode melhorar significativamente a qualidade da assistência pré-natal. Costa et al. (2020) sugerem que o uso de aplicativos móveis e plataformas online para fornecer informações e lembretes sobre a testagem e o tratamento pode ser particularmente eficaz em alcançar um público amplo. Essas tecnologias podem fornecer lembretes oportunos e informações educativas, ajudando a garantir que as gestantes completem o tratamento prescrito.

As intervenções comunitárias também são essenciais para melhorar a qualidade da assistência pré-natal. Programas comunitários que envolvem líderes comunitários e promotores de saúde podem fornecer suporte e educação às gestantes, ajudando a superar barreiras culturais e sociais que impedem a adesão ao tratamento (Soares e Aquino, 2021). Essas intervenções podem incluir visitas domiciliares, grupos de apoio e campanhas de conscientização comunitária.

Além disso, a integração de serviços de saúde com programas sociais pode proporcionar um suporte mais abrangente para as gestantes. Rocha et al. (2021) discutem a importância de uma abordagem integrada que inclua suporte social, educação em saúde e acesso a serviços de saúde de qualidade. Essa abordagem



integrada pode melhorar a adesão ao tratamento e reduzir a incidência de sífilis congênita.

Políticas Públicas e Intervenções

As políticas públicas desempenham um papel crucial na prevenção e controle da sífilis congênita, promovendo a implementação de estratégias de saúde pública eficazes e integradas. A adoção de políticas coordenadas e a eliminação das barreiras socioeconômicas e culturais são fundamentais para reduzir a incidência da sífilis congênita e melhorar os resultados de saúde neonatal. Segundo De Arruda et al. (2020), a falta de políticas coordenadas e a fragmentação dos serviços de saúde são barreiras significativas para a prevenção eficaz da sífilis congênita.

Uma política pública eficaz deve incluir a garantia de acesso universal aos cuidados de saúde de qualidade. Heringer et al. (2020) destacam a importância de promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, independentemente da localização geográfica ou condição socioeconômica. As desigualdades no acesso aos cuidados de saúde são uma das principais causas da alta prevalência de sífilis congênita em áreas desfavorecidas. Políticas que promovam a acessibilidade e a equidade são essenciais para reduzir essas disparidades.

A implementação de programas de educação em saúde também é uma estratégia fundamental para a prevenção da sífilis congênita. Rocha et al. (2021) enfatizam a necessidade de campanhas educativas que aumentem a conscientização sobre os riscos da sífilis e promovam práticas de prevenção. Essas campanhas devem ser direcionadas tanto para gestantes quanto para profissionais de saúde, garantindo que ambos os grupos estejam bem informados sobre a importância da prevenção e do tratamento.

A educação continuada dos profissionais de saúde é essencial para garantir a implementação eficaz dos protocolos de diagnóstico e tratamento. Costa et al. (2020) sugerem que programas de treinamento e atualização regular dos conhecimentos dos profissionais de saúde podem melhorar significativamente a detecção e o tratamento da sífilis congênita. A capacitação dos profissionais de saúde é um componente crucial para a implementação bem-sucedida das políticas de saúde pública.



As intervenções comunitárias são outra estratégia eficaz para a prevenção da sífilis congênita. Soares e Aquino (2021) destacam a importância de programas comunitários que envolvam líderes comunitários e promotores de saúde para fornecer suporte e educação às gestantes. Essas intervenções podem incluir visitas domiciliares, grupos de apoio e campanhas de conscientização comunitária. A participação ativa da comunidade é essencial para superar barreiras culturais e sociais que impedem a adesão ao tratamento.

A integração de serviços de saúde com programas sociais também pode proporcionar um suporte mais abrangente para as gestantes. De Freitas Silva et al. (2020) discutem a importância de uma abordagem integrada que inclua suporte social, educação em saúde e acesso a serviços de saúde de qualidade. Essa abordagem integrada pode melhorar a adesão ao tratamento e reduzir a incidência de sífilis congênita.

Além das intervenções clínicas, as políticas de saúde pública devem abordar as barreiras socioeconômicas que impedem o acesso aos cuidados de saúde. Almeida et al. (2021) destacam que mulheres de baixa renda têm maior probabilidade de não receber cuidados pré-natais adequados, o que contribui para a alta prevalência de sífilis congênita nessas populações. Políticas públicas que garantam o acesso universal aos cuidados de saúde e abordem as desigualdades socioeconômicas são essenciais para reduzir a incidência da doença.

A implementação de tecnologias de saúde também pode melhorar a eficácia das políticas de saúde pública. Costa et al. (2020) sugerem que o uso de aplicativos móveis e plataformas online para fornecer informações e lembretes sobre a testagem e o tratamento pode ser particularmente eficaz em alcançar um público amplo. Essas tecnologias podem fornecer lembretes oportunos e informações educativas, ajudando a garantir que as gestantes completem o tratamento prescrito.

Discussão

A discussão dos resultados obtidos na revisão bibliográfica sobre a sífilis congênita no Brasil permite uma compreensão mais profunda das barreiras e facilitadores na prevenção da transmissão vertical da sífilis e das estratégias necessárias



para melhorar a qualidade da assistência pré-natal. A análise dos dados epidemiológicos revela uma tendência preocupante de aumento na incidência da sífilis congênita, especialmente em áreas socioeconomicamente desfavorecidas e com acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade (SILVA et al., 2019).

A prevalência crescente da sífilis congênita destaca a necessidade de intervenções mais eficazes e coordenadas. De acordo com Soares et al. (2020), a análise espacial da sífilis em gestantes e da sífilis congênita no estado do Espírito Santo revela que a distribuição da doença está diretamente relacionada à qualidade da assistência pré-natal e ao acesso aos serviços de saúde. Esses achados sublinham a importância de políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

O diagnóstico precoce e preciso é um componente crucial na prevenção da sífilis congênita. Domingues et al. (2021) enfatizam a importância da testagem regular durante o pré-natal para detectar infecções precocemente e iniciar o tratamento adequado. A falta de testagem regular e o acompanhamento inadequado das gestantes são barreiras significativas que precisam ser superadas para melhorar os resultados de saúde. A implementação de protocolos de testagem rigorosos e a capacitação dos profissionais de saúde são essenciais para garantir a aplicação adequada dos protocolos diagnósticos.

O tratamento eficaz da sífilis congênita depende da adesão ao tratamento prescrito e do acompanhamento pós-tratamento. De Freitas Silva et al. (2020) destacam a importância de programas de acompanhamento que garantam que as mães e os recém-nascidos recebam todas as doses necessárias de tratamento e sejam monitorados para sinais de complicações. Melhorar a adesão ao tratamento é crucial para garantir a eficácia do tratamento e prevenir a recorrência da infecção.

As estratégias de prevenção devem incluir a educação em saúde para aumentar a conscientização sobre os riscos da sífilis e promover práticas de prevenção. Rocha et al. (2021) sugerem que campanhas educativas direcionadas às gestantes e aos profissionais de saúde podem melhorar significativamente a adesão às práticas recomendadas. O uso de tecnologias educacionais, como aplicativos móveis e plataformas online, pode fornecer informações e lembretes oportunos, ajudando a garantir que as gestantes completem o tratamento prescrito.



A qualidade da assistência pré-natal é um fator determinante para a prevenção da sífilis congênita. A relação entre a cobertura e a qualidade do pré-natal e a incidência da doença é bem documentada na literatura (Soares e Aquino, 2021). A melhoria da capacitação dos profissionais de saúde, a disponibilidade de recursos diagnósticos e a implementação de tecnologias de saúde podem melhorar significativamente a qualidade da assistência pré-natal.

As políticas públicas desempenham um papel vital na prevenção e controle da sífilis congênita. A adoção de políticas coordenadas e integradas que abordem as barreiras socioeconômicas e culturais para o acesso aos cuidados de saúde é essencial para reduzir a incidência da doença. De Arruda et al. (2020) enfatizam a importância de políticas públicas que garantam o acesso universal aos cuidados de saúde de qualidade e promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde.

As intervenções comunitárias são essenciais para a prevenção da sífilis congênita. Programas comunitários que envolvem líderes comunitários e promotores de saúde podem fornecer suporte e educação às gestantes, ajudando a superar barreiras culturais e sociais que impedem a adesão ao tratamento (Soares e Aquino, 2021). A participação ativa da comunidade é essencial para garantir a implementação bem-sucedida das políticas de saúde pública.

Em conclusão, a discussão dos resultados da revisão bibliográfica destaca a necessidade de intervenções coordenadas e eficazes para reduzir a incidência da sífilis congênita no Brasil. A melhoria da qualidade da assistência pré-natal, a implementação de estratégias de prevenção eficazes, o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e as políticas públicas coordenadas são essenciais para alcançar esse objetivo. Futuras pesquisas devem focar na avaliação de novas estratégias de prevenção e tratamento para garantir melhores resultados de saúde para gestantes e recém-nascidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a complexidade da sífilis congênita no Brasil, destacando a necessidade urgente de intervenções coordenadas para reduzir sua incidência. A análise epidemiológica mostrou um aumento significativo nos casos notificados, com uma prevalência maior em áreas socioeconomicamente desfavorecidas. Identificamos



fatores de risco críticos, incluindo baixa cobertura de pré-natal, nível socioeconômico baixo, educação materna inadequada, diagnóstico tardio, uso de substâncias ilícitas e falta de conscientização.

Para combater a sífilis congênita, é essencial melhorar a qualidade da assistência pré-natal, garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde, promover a educação em saúde e implementar políticas públicas integradas. Estratégias direcionadas, como a testagem regular, o tratamento adequado e o uso de tecnologias educacionais, são fundamentais para prevenir a transmissão vertical da sífilis e melhorar os resultados de saúde neonatal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anelisa Soares de et al. Sífilis na gestação, fatores associados à sífilis congênita e condições do recém-nascido ao nascer. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 30, p. e20200423, 2021.

ALVES, Patrícia Iolanda Coelho et al. Evolução temporal e caracterização dos casos de sífilis congênita em Minas Gerais, Brasil, 2007-2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2949-2960, 2020.

ARAÚJO, Maria Alix Leite et al. Fatores associados à prematuridade em casos notificados de sífilis congênita. **Revista de saúde pública**, v. 55, p. 28, 2021.

CAVALCANTE, Ana Nery Melo et al. Fatores associados ao seguimento não adequado de crianças com sífilis congênita. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 95, 2019.

COSTA, Camila Chaves da et al. Construção e validação de uma tecnologia educacional para prevenção da sífilis congênita. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. eAPE20190028, 2020.

DA SILVA BOMFIM, Vitoria Vilas Boas et al. A importância do pré-natal no diagnóstico e tratamento da sífilis congênita. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 7, p. e7969-e7969, 2021.

DA SILVA OLIVEIRA, Vinícius et al. Aglomerados de alto risco e tendência temporal da sífilis congênita no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, 2020.

DE ARRUDA, Leandro Ricardo; DOS SANTOS RAMOS, Aleksandra Rosendo. Importância do diagnóstico laboratorial para a sífilis congênita no pré-natal. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-18, 2020.

DE FREITAS SILVA, Marcos Filipe Chaparoni et al. Sífilis congênita como uma abordagem sistêmica. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 51840-51848, 2020.

DE SOUZA, Martha Helena Teixeira; BECK, Elisiane Quatrin. Compreendendo a sífilis congênita a partir do olhar materno. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 9, p. e56-



e56, 2019.

DOMINGUES, Carmen Silvia Bruniera et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: sífilis congênita e criança exposta à sífilis. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, p. e2020597, 2021.

FAVERO, Marina Luiza Dalla Costa et al. Sífilis congênita e gestacional: notificação e assistência pré-natal. **Archives of Health Sciences**, v. 26, n. 1, p. 2-8, 2019.

HERINGER, Andressa Lohan dos Santos et al. Desigualdades na tendência da sífilis congênita no município de Niterói, Brasil, 2007 a 2016. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e8, 2020.

MACIEL, Débora Priscilla Araújo et al. Mortalidade por sífilis congênita: revisão sistemática. **Revista multidisciplinar em Saúde**, p. 106-116, 2023.

MASCHIO-LIMA, Taiza et al. Perfil epidemiológico de pacientes com sífilis congênita e gestacional em um município do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 19, p. 865-872, 2020.

ROCHA, Ana Fátima Braga et al. Complicações, manifestações clínicas da sífilis congênita e aspectos relacionados à prevenção: revisão integrativa. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 74, p. e20190318, 2021.

ROCHA, Cariny Cordeiro et al. Abordagens sobre sífilis congênita. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e984986820-e984986820, 2020.

SILVA, Camila Pateis Vieira et al. Assistência pré-natal na prevenção da sífilis congênita: uma revisão integrativa. **Global Academic Nursing Journal**, v. 3, n. Sup. 1, p. e237-e237, 2022.

SILVA, Isadora Maria Delmiro et al. Perfil epidemiológico da sífilis congênita. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 604-613, 2019.

SILVA, Maria José Neres da et al. Distribuição da sífilis congênita no estado do Tocantins, 2007-2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2018477, 2020.

SILVA, Maria José Neres da et al. Distribuição da sífilis congênita no estado do Tocantins, 2007-2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2018477, 2020.

SOARES, Karllian Kerlen Simonelli et al. Análise espacial da sífilis em gestantes e sífilis congênita no estado do Espírito Santo, 2011-2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2018193, 2020.

SOARES, Maria Auxiliadora Santos; AQUINO, Rosana. Associação entre as taxas de incidência de sífilis gestacional e sífilis congênita e a cobertura de pré-natal no Estado da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00209520, 2021.

SOUSA, Otávio Carvalho et al. Sífilis congênita: o reflexo da assistência pré-natal na Bahia. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 2, p. 1356-1376, 2019.

VESCOVI, Julia Souza; SCHUELTER-TREVISOL, Fabiana. Aumento da incidência de sífilis congênita no estado de Santa Catarina no período de 2007 a 2017: análise da tendência temporal. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 38, p. e2018390, 2020.